

NEGOCIAÇÃO E CONFRONTO NA POLÍTICA OLIGÁRQUICA: O CASO DO RIO GRANDE (1892-1894)

ALMIR DE CARVALHO BUENO - UFRN

Os anos que coincidiram com as administrações de Floriano Peixoto no governo federal e de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão no Rio Grande do Norte foram dos mais conturbados da história da República no Brasil.¹ Os dois governantes viveram intensamente a instabilidade política característica do momento, fruto da encarniçada disputa pelo controle do poder central e estadual entre facções rivais de militares e civis.

Os dois primeiros governos republicanos, com sua tendência à centralização ditatorial e intervencionismo nos estados, contribuíram para que as elites políticas civis regionais logo compreendessem que, nesse aspecto, quase nada mudara em relação à monarquia. Para isso teve papel preponderante o sentimento antioligárquico da maioria da oficialidade do Exército, seu desprezo pelos “casacas” - os políticos monarquistas - muitos dos quais, aliás, após aderirem ao novo regime, continuaram nos governos e administrações republicanas estaduais.²

No Rio Grande do Norte, nesse momento, o perigo de uma intervenção federal foi agravado pela particularidade de que, ao contrário do que ocorrera em outros estados, os militares nele não tiveram um papel decisivo nas disputas políticas locais após a proclamação da República, contentando-se em agir dentro dos marcos da ordem legal vigente.³ As disputas limitaram-se à elite política civil que controlou a transição Império-República no estado desde o primeiro instante. Prevaleceu um civilismo que vinha do Império, um antimilitarismo que conseguiu manter os oficiais quase sempre subordinados ao poder estadual civil. Por outro lado, esse civilismo potiguar acirrou os atritos com os militares donos do poder central, e foi um dos complicadores responsáveis pela constante

tensão que marcou as relações entre o governador Pedro Velho e o vice-presidente em exercício, Floriano Peixoto.

Pedro Velho, contudo, almejando consolidar uma oligarquia familiar local e, ao mesmo tempo, preocupado em sobreviver no poder estadual, procurou não se chocar abertamente com Floriano. Este, por sua vez, queria ampliar seu domínio sobre o Rio Grande do Norte, favorecendo a oposição florianista. Pedro Velho, como haviam feito os paulistas, habilmente apoiou Floriano nos momentos mais graves da Revolução Federalista no sul e da Revolta da Armada em plena capital federal, sem deixar de reclamar da preterição a seus pedidos e fustigando sem piedade os partidários do marechal no estado. Essas ambíguas relações entre Pedro Velho e Floriano, dentro do contexto político nacional radicalizado e da característica civilista e nativista do Rio Grande do Norte na época, permitem estabelecer melhor os espaços de confronto e de negociação gerados pela situação política do início da República no Brasil, e desvendar as marchas e contramarchas da relação da União com os estados no jovem federalismo que se implantava.

A visão de mundo da elite política que assumiu o poder republicano no Rio Grande do Norte era profundamente civilista, antijacobina e antipositivista, o que os colocava na contramão dos novos donos do poder central.⁴ A rigor, contudo, não houve um movimento jacobino no Rio Grande do Norte. Faltava para tanto dois dos componentes essenciais encontrados em outras partes do país, especialmente no Rio de Janeiro: grandes contingentes militares ideologicamente comprometidos com a teoria do “soldado-cidadão” e a existência de uma “classe média urbana” suficientemente forte, que fosse sensível à pregação exaltada dos oficiais radicais.⁵ No Rio Grande do Norte de então, não havia espaço para Silva Jardins ou Lopes Trovões.

As relações União-Estados no Rio Grande do Norte se acirraram a partir de fevereiro de 1892, com a eleição indireta de Pedro Velho para o governo do estado. A

personalidade forte e a sede de consolidar uma oligarquia de base familiar tornariam mais tenso seu relacionamento com o poder central, controlado por Floriano. Durante todo o tempo em que esteve à frente do executivo estadual, a posição de Pedro Velho junto a Floriano nunca foi totalmente sólida; pelo contrário, ele era considerado demasiado amigo dos “paulistas” e de Custódio de Melo desde o Congresso Constituinte e a conspiração contra Deodoro, referências suficientes para criar um clima de desconfiança mútua entre o governador e o vice-presidente em exercício. Iniciava-se um dos períodos mais agitados da história política norte-rio-grandense, caracterizado por uma verdadeira “queda de braço” entre Pedro Velho, o “Cronos potiguar” (que “engolia” todos os adversários que lhe apareciam à frente!), e Floriano Peixoto, o impassível “Marechal de Ferro”. Ambos tiveram de lançar mão de todos os recursos de que dispunham para fustigar o oponente não explicitado e, ao mesmo tempo, manter-se no poder, em meio a inúmeros boatos espalhados pela feroz oposição e mesmo a reais tentativas de deposição.

Mais do que em qualquer outro período, a fonte mais fecunda para esclarecer os bastidores dessa “queda de braço” é, sem dúvida, a correspondência epistolar e telegráfica trocada entre o vice-presidente e diversas autoridades políticas estaduais ou funcionários públicos federais civis ou militares que desempenhavam funções oficiais no Rio Grande do Norte. Nessa correspondência, transparece pleno o jogo do poder entre as facções em luta, quando isso não podia ser admitido francamente nos jornais ou solenidades públicas. O “lado oculto” das tramas políticas, apenas supostas nas entrelinhas dos órgãos partidários ou dos manifestos políticos formais, se torna evidente, apontando vários episódios de atrito entre o “Marechal de Ferro”, o governador Pedro Velho e as oposições estaduais, episódios fundamentais para o desvendamento das relações entre União e os estados no início do regime federativo no Brasil.

O clímax das tensões entre o poder estadual e o federal no Rio Grande do Norte deu-se em outubro de 1894, quando o 34º Batalhão de Infantaria do Exército, estacionado

em Natal e então comandado pelo tenente-coronel Virgínio Ramos, chegou a tentar, ao que tudo indica, depor o governador. Seria o ato final da longa queda de braço entre Pedro Velho e Floriano Peixoto, entre a tendência centralizadora e intervencionista dos militares e a tendência descentralizadora das oligarquias e grupos políticos que se afirmavam nos estados.⁶

Uma das primeiras medidas de Pedro Velho no governo foi regulamentar o *Corpo Militar de Segurança (CMS)*, criado em maio de 1892. Essa “força pública” estadual, que recebeu tratamento especial e muitas verbas, logo estava militarizada e melhor equipada do que a precária polícia provincial. No entanto, mais do que prova de altiva autonomia estadual ou retórica nativista, essa medida revelou-se sábia orientação de um instinto de sobrevivência diante dos incertos rumos dos primeiros anos republicanos. O CMS será, justamente, um dos protagonistas do momento mais crítico das relações entre o poder estadual e os militares federais no Rio Grande do Norte durante o governo de Pedro Velho.⁷

No início de 1894, um incidente banal entre praças do 34º e do CMS, motivado por mera rixa de rua, resultou em troca de tiros entre eles. No ambiente radicalizado daquele momento da vida nacional, a ocorrência foi amplamente noticiada e amplificada pela imprensa de todas as correntes.⁸ Não querendo melindrar o vice-presidente naquele instante, que coincidia com o auge da Revolta da Armada e com as articulações das candidaturas estaduais ao Congresso Nacional, Pedro Velho achou por bem retirar o CMS de Natal, aquartelando-o em São José do Mipibu, a poucos quilômetros da capital.

No começo de março, julgando serenados os ânimos, o governador fez o CMS retornar à capital, em meio a manobras de encerramento do treinamento do “Batalhão Patriótico Silva Jardim”. O desfile militar foi uma deliberada demonstração de força do governador: a imprensa situacionista noticiou o acontecimento com destaque de várias páginas, o que era bastante raro na época e só concedido a ocasiões especialíssimas.⁹

Floriano mantinha em Natal uma bem informada rede de “espiões”, que o alertaram da “lentidão” do comandante do 34º, tenente-coronel Pedro Nery, em tomar providências contra os supostos simpatizantes de Custódio no funcionalismo federal e na imprensa antiflorianista, além de avisar o marechal das cordiais relações do contra-almirante com Pedro Velho. Essas razões devem ter pesado na decisão de Floriano de transferir Nery e nomear o tenente-coronel Virgínio Napoleão Ramos para o comando do 34º. Escolhido a dedo por ser florianista cioso, o militar foi personagem central das intrigas do período e a correspondência trocada por ele com o marechal permite-nos conhecer os bastidores finais, na versão dos florianistas, da tensa e ambígua relação entre Pedro Velho e Floriano.¹⁰

A princípio, Virgínio procurou manter cordialidade e solicitude com o governador, mas o temperamento de caserna logo o levou a desentender-se com Pedro Velho. A tendência de Ramos em intrometer-se na política - comum entre os oficiais mais radicalizados - e aproximar-se obviamente da oposição estadual florianista fê-lo cair depressa no desagrado de Pedro Velho.

A partir daí o clima de desconfiança mútua chegou a seus níveis mais perigosos, bastando um pretexto para degenerar em crise aberta. O estopim foi a demissão, em abril, do chefe de Polícia, Guedes Alcoforado, acusado pelos pedrovelhistas de convivência com o comandante. Sentindo-se com o controle da situação, o governador recusou-se a devolver algumas dezenas de armas emprestadas por Floriano em 1892, alegando falta de recursos para pagar a indenização exigida. Numa carta reservada, Virgínio Ramos protestou violentamente junto ao marechal, lembrando-o de que “o único meio, viável, de salvar-se a questão”, seria a restituição das carabinas.¹¹

O que talvez inibisse uma ação mais efetiva de Virgínio, além da preparação e obsessão de Pedro Velho em resistir armado a uma tentativa de deposição, era a divisão da oposição estadual em termos da política nacional. Apenas o grupo do senador José

Bernardo de Medeiros era florianista, porém, sua base de apoio clientelístico era o Seridó, não a capital. A própria intransigência da oposição antiflorianista impedia qualquer aproximação com os florianistas e irritava o comandante do 34º.

A proximidade da data de transmissão presidencial trazia de volta a suposta intenção de Floriano de não entregar o cargo e tornar-se ditador. Os jornais antipedrovelhistas pediam a renúncia do governador ou, caso não o fizesse, apelavam ao “legítimo direito” do povo de depô-lo (“ajudado”, é claro, pelo 34º), pois seu governo era ilegal, consequência de um golpe, como o de Floriano. Poucos dias depois, um tiro disparado contra a casa do jornalista florianista e juiz substituto Manoel Dantas, foi considerado atentado pela oposição, desencadeando verdadeiro clima de terror em Natal, agravado pela flagrante parcialidade de Virgínio Ramos a favor dos florianistas. Todos os grupos políticos acusavam o adversário pelo que viesse a acontecer. A 13 de outubro, manobras do 34º na Ribeira foram encaradas por Pedro Velho como tentativa de depô-lo, obrigando o comandante do batalhão federal a negar taxativamente tal intenção, em telegrama a Floriano.¹² Nesse ínterim, o governador colocava o CMS em estado de prontidão quase permanente.

Pretextando ter sabido de plano de soldados do CMS para assassiná-lo, Ramos exigiu a demissão do comandante da polícia estadual, tenente Lins Caldas, responsabilizando pessoalmente o governador pelo que viesse a acontecer.¹³ Foi na noite de 31 de outubro e madrugada de 1º de novembro que os atritos chegaram a seu clímax e ocorreu o incidente mais grave, e que por pouco não degenerou em conflito aberto. Para pressionar a demissão do comandante do CMS e exigir o fim das escaramuças mútuas, as tropas do 34º desceram o bairro da Ribeira, sede do governo estadual, numa clara ação para intimidar o governador e, se as condições fossem favoráveis, depô-lo.¹⁴

No entanto, Pedro Velho se preparara há muito para tal eventualidade e postara o Corpo Militar de Segurança, de prontidão desde alguns dias, em posição de combate,

fortemente armado, aguardando os acontecimentos no palácio governamental. Não esperando tal reação e avaliando não ter a situação sob seu inteiro controle, temendo mesmo as repercussões de um banho de sangue desnecessário e que contrariaria Floriano, Virgínio Ramos deu ordem de recuo às suas tropas. Dirigiu-se ao palácio para negociar e, por um acordo de última hora, conseguiu o afastamento do comandante pedrovelhista do CMS e também o do chefe de Polícia, em troca da neutralidade das forças federais na política local. Os ânimos arrefeceram um pouco, sem encerrar-se totalmente as escaramuças isoladas, como a imprensa ainda noticiava em dezembro.¹⁵

Essa aparente derrota de Pedro Velho na realidade mostrou-se uma “vitória de Pirro” para os florianistas. Quinze dias depois do incidente, Prudente de Moraes assumiu pacificamente a presidência e a reação contra os florianistas não demorou. O principal foco de intranqüilidade no campo florianista, o tenente-coronel Virgínio Napoleão Ramos, foi transferido para o Mato Grosso e substituído por um militar “não político”.

O grave incidente, contudo, demonstrou o grau de tensão a que podiam chegar as relações entre os poderes federal e estadual enquanto não fossem encontradas fórmulas federativas negociadas que assegurassem a harmonia entre o Executivo, o Legislativo e os governos estaduais representantes das oligarquias locais, o que só seria conseguido alguns anos mais tarde, com a “política dos governadores” de Campos Sales. No Rio Grande do Norte, durante todo o período, essas relações foram potencialmente explosivas.

¹ A principal fonte sobre o período é o Arquivo Particular Floriano Peixoto do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Os documentos do arquivo são valiosíssimos para o estudo dos bastidores das relações entre União e Estados naquele momento crucial da República no Brasil, mostrando como era tênue então a fronteira entre o público e o privado na política republicana.

² Sobre a influência dos militares e sua relação com os civis nos primeiros tempos da República, ver Jonh SCHULZ, *Exército na Política: origens da intervenção militar (1850-1894)*.

³ Sobre o papel secundário dos militares nos episódios da proclamação da República no Rio Grande do Norte, ver Luís da Câmara CASCUDO, *História da República no Rio Grande do Norte*, p. 136-37.

⁴ Sobre o civilismo dos políticos imperiais ver SCHULZ, op. cit., p. 75-93.

⁵ Para o radicalismo republicano de tipo “jacobino”, ver Suely Robles de QUEIROZ, *Os radicais da República*, p. 222-27 e 232-56.

⁶ Para acompanhar os fatos desde o início, consultar os jornais norte-rio-grandenses da época a partir de janeiro de 1894, quando ocorreram os primeiros incidentes entre as forças policiais estaduais e os soldados do 34º. Uma síntese dos acontecimentos em CASCUDO, op. cit., p. 235-43.

⁷ Dados a respeito da criação do *Corpo Militar de Segurança* do Rio Grande do Norte em Rômulo WANDERLEY, *História do Batalhão de Segurança: a Polícia Militar do Rio Grande do Norte, de 1834 a 1968*.

⁸ Ver, por exemplo, telegrama do senador florianista José Bernardo de Medeiros a Floriano Peixoto, de 10/01/1894, *Arquivo Particular Floriano Peixoto*, AN, caixa 8L-10, 1, jan.; também os jornais oposicionistas *Rio Grande do Norte*, de 6 de janeiro, noticiando os conflitos em editorial e *O Nortista*, no artigo PROVIDÊNCIA inepta e sem resultado, de 12/1, sobre “rivalidades” entre os dois corpos militares; o situacionista *A República*, de 3/2/1894, no editorial CONTINUAM sem juízo, minimiza a repercussão de “possíveis rixas” entre o batalhão federal e o Corpo de Segurança.

⁹ Ver o artigo AS FESTAS do dia 4 de Março em São José do Mipibu, do jornal pedrovelhista *O Caixeiro*, de 7/3/1894, saudando a festa republicana de “União do Exército brasileiro... e das forças militares residentes no Estado!”; igualmente, o artigo A FESTA do ‘Silva Jardim’ em São José do Mipibu”, n’*A República*, de 10/3/1894.

¹⁰ Consultar as várias cartas e telegramas de Virgínio Ramos a Floriano Peixoto entre abril e novembro de 1894, *Arquivo Particular Floriano Peixoto*, caixa 8L-11, pacote 8; 8L-12, 3; 8L-13, 1, 8 e 10; para os desdobramentos da crise no Rio Grande do Norte, ver CASCUDO, op.cit., p.235 e segs.

¹¹ Carta de Virgínio Ramos a Floriano Peixoto, 30/6/1894, AFP, cx. 8L-16, pc. 6.

¹² Telegrama de Virgínio Ramos a Floriano Peixoto, 16/10/1894, AFP, 8L-13, 8, out./94.

¹³ SOLICITADAS: 34 B. I., de Virgínio Ramos ao jornal O ESTADO, 28/10/1894.

¹⁴ Para uma boa descrição dos acontecimentos ver CASCUDO, op. cit., p. 238-43.

¹⁵ Ver artigo do *Rio Grande do Norte*, HORROROSO, de 1/12/1894, sobre assassinato de um praça do CMS por soldados do 34º.